O BRASIL NO COVID-19 E NO PÓS COVID-19: Análises e Perspectivas Sobre a Atuação dos Bancos Públicos no Apoio da Economia Brasileira

Eric Carvalho Xavier⁴⁷

RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma análise sobre as políticas econômicas implementadas pelo Estado em combate a pandemia do coronavírus – COVID-19 – e suas implicações no presente e no futuro. A partir de uma análise específica da atuação dos bancos públicos e referenciais teóricos, pretende-se estabelecer aqui uma contribuição sobre o apoio que estas instituições podem dar na manutenção da economia e possíveis impactos no futuro.

Palavras-Chave: Covid-19. Caixa Econômica Federal. Políticas Econômicas. Crise.

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo momentos complexos no enfrentamento de uma grave crise econômica trazida pelo avanço da pandemia da Covid-19. Várias Instituições internacionais que fazem projeções e economistas estão prevendo uma desaceleração do crescimento mundial em um cenário bom, ou uma recessão global em 2020, em contra ponto.

As atividades normais das pessoas foram interrompidas por conta das ações implementadas de isolamento e/ou quarentena para conter o avanço do vírus. Essas ações tiveram impacto direto na produção, o consumo e os investimentos. Sendo assim, o prejuízo das consequências econômicas da Covid-19 deve-se à sua força conjunta de gerar choques negativos na oferta e na demanda agregada mundial. Conforme a carta aberta de professores de economia da UFRJ⁴⁸, existe uma forte pressão sobre os recursos físicos e humanos na área de saúde com o aumento dos casos de pessoas infectadas o que mostra que o país precisa de mais medidas econômicas tendo em vista o cenário pessimista do término do isolamento social.

Os governos, por conta destes fatores, estão assumindo medidas para preservar o abastecimento de bens e insumos básicos, como o monitoramento das cadeias de

⁴⁷ Mestrando do programa de mestrado profissional em Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento do IDP. Pós-graduado lato sensu em gestão de negócio pelo Ibmecc e Bacharel em administração de empresas.

⁴⁸ Em 17 de março de 2020, 75 professores do instituto de economia da UFRJ redigiram uma carta com 8 ações para combater a crise, sendo possível a sua consulta no site <https://www.ie.ufrj.br/>.

distribuição, por exemplo, e por meio do estímulo da economia com políticas monetária, fiscal e creditícia, que falaremos mais abaixo.

De acordo com CARNEIRO, 2009 o sistema financeiro público é constituído como um conjunto de instituições financeiras públicas. Seja em países desenvolvidos quanto os que estão em desenvolvimento, de forma semelhante estes países utilizam essas instituições como os braços dos governos para desenvolvimento de setores, distribuição de renda e programas, além de serem os principais indutores do crédito para pessoas físicas e jurídicas que geralmente não conseguem obter recursos junto aos mercados privados.

Em 2007, quando houve a última crise financeira mundial iniciada nos estados unidos, foi possível perceber que no mercado de hipotecas de alto risco (famosos subprime), os bancos públicos no mundo foram os principais agentes na execução de ações anticíclicas, para auxiliarem na contenção do efeito em ondas da crise em vários países.

A relevância dos bancos públicos na atuação com ações anticíclicas foi importante no apoio aos fluxos de financiamento, visto que as instituições financeiras privadas fecharam seus modelos de risco de crédito de forma imediata, como é costumeiro ocorrer nas fases de entropia dos ciclos de crédito.

POLÍTICAS ECONÔMICAS E O COVID-19

CONTEXTO

Conforme o IPEA⁴⁹ a pandemia chegou ao mundo encontrando a economia numa situação de crescimento moderado. O último bimestre do ano passado deu um passo atrás às expectativas de um resultado mais robusto, contudo os dados de janeiro deste ano mostraram que a economia estava de volta para a trajetória de uma recuperação mais significativa. Analisando os empregos, a ocupação aumentou 2% na comparação no período, com destaque para o trabalho formal (2,4%), este trabalho formal que com o advento da pandemia viria a sofrer nos próximos meses. Os dados de arrecadação tributária também confirmavam o bom momento da economia.

A mais importante agenda dos últimos dias esteve relacionada ao isolamento social necessário para conter a disseminação do vírus, e também ao reforço financeiro as camadas mais carentes que perderam emprego e renda como consequência do isolamento.

Para o governo, o mais importante no momento, é cuidar do poder de compra da população carente, manter um consumo mínimo e preservar empregos.

⁴⁹ No fechamento do 1º trimestre de 2020 o IPEA divulgou a visão geral da conjuntura disponível em <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/03/visao-geral-da-conjuntura-6/>

POLÍTICA MONETÁRIA

Conforme o pensamento da escola Keynesiana nunca a estatitização completa da economia nunca foi a grande bandeira, semelhante ao foi feita na União Soviética. A defesa que Keynes fazia, na década de 1930, era uma presença mais ativa de um Estado nos setores da economia que, embora necessários para o bom desenvolvimento de um país, não representavam grande interesse ou não eram possíveis de serem atendidos pela iniciativa privada.

Através desse cenário, a política econômica vem se adequando de modo a suavizar o impacto negativo esperado. A nossa autoridade monetária suprema, Banco Central, havia sinalizado a manutenção da taxa de juros após reduzi-la de 4,5% para 4,25% a.a. na reunião do início de fevereiro, promoveu um novo corte na reunião de março, para 3,75% a.a, sendo que hoje estamos no mais novo menor patamar da história, 2,25%. Ademais, o Conselho Monetário Nacional aprovou medidas que proporcionam maiores facilidades para a renegociação de dívidas de empresas e pessoas físicas junto ao sistema financeiro nacional, quando provoca a redução das necessidades de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa. Além disso também diminuiu as exigências de capital dos bancos para a concessão de empréstimos. Cabe ressaltar que juntamente com estas medidas também se tem a redução de alíquotas de compulsórios sobre depósitos a prazo, anunciada em 20 de fevereiro, de 31% para 25%, complementada por uma nova redução, para 17%, em 20 de março.

Conforme o IPEA o fortalecimento da liquidez provocadas pelas medidas é de R\$ 1,2 trilhão, sendo este valor correspondente a 17% do PIB. Ao se fazer um paralelo com a crise de 2008, o “reforço” neste momento é bem superior aos R\$ 117 bilhões (3,5% do PIB) na crise passada.

Conforme as recentes publicações pela agência brasil de notícias, a Caixa Econômica Federal realizou o pagamento de R\$ 76,6 bilhões de auxílio emergencial, somadas ambas as parcelas. No valor total, 58,6 milhões de pessoas receberam alguma parcela do benefício desde que o programa foi criado, em abril, para ajudar as pessoas a enfrentar os impactos da crise causada pela pandemia de covid-19. Cabe destacar que praticamente todos os economistas concordam que o momento requer do governo ações que injetem liquidez nas populações mais carentes para que não haja um colapso social.

Ao considerarmos apenas a segunda parcela, temos que 50 milhões de brasileiros receberam R\$ 35,5 bilhões. O auxílio emergencial é de R\$ 600,00 sendo que pode alcançar a quantia de R\$ 1.200,00 para mães solteiras.

Do valor total que foi distribuído até o momento, R\$ 30,3 bilhões foram para beneficiários do Bolsa Família, R\$ 14 bilhões para aqueles inscritos no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e R\$ 32,3 bilhões para trabalhadores informais que se cadastraram pelo site ou pelo aplicativo Caixa Auxílio Emergencial.

Esta operação realizada pela Caixa Econômica Federal e o governo federal, foi uma das maiores operações de bancarização da história mundial em conjunto com uma política econômica de socorro à economia, com o recebimento de mais de 105 milhões de solicitações de cadastros.

Uma outra ação orquestrada pelo governo, foi o fortalecimento das micro e pequenas por meio de crédito. A Caixa econômica federal é a responsável pelo repasse dos recursos do Pronampe, e cerca de 175 mil empresas já fizeram a solicitação. Dessa quantia, R\$ 1,4 bilhão veio da linha em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), enquanto R\$ 6,1 bilhões vieram de outras linhas direcionadas para as micro e pequenas empresas.

A Caixa Econômica Federal (CEF) vai manter as contas digitais sociais que foram abertas gratuitamente durante o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00. A ideia é garantir a inclusão financeira dos cerca de 40 milhões de brasileiros que não tinham conta bancária antes da pandemia do novo coronavírus.

Por fim, o banco central do Brasil reduziu o montante que os bancos têm que manter depositado junto à autoridade monetária, conhecido como compulsórios e fez a criação de novas modalidades de créditos. Também permitiu captar com garantias facilitando a vida das pequenas e médias instituições bancárias. Dados do SEBRAE apontam que em torno de 60% dos empregos estão ligados as micro e pequenas empresas.

POLÍTICA FISCAL

É importante concluirmos que, atualmente, os esforços empreendidos pelo governo devem ser canalizados para suavizar os gargalos da saúde pública e também para minimizar os efeitos da crise sobre a população brasileira e a economia, mesmo que isso tenha consequências negativas relevantes nos resultados fiscais no ano. Conforme apontam os especialistas do IPEA, a Emenda Constitucional 95 que versa sobre a nova regra do teto de gastos, indica a previsão da abertura de créditos extraordinários em combate a crises, por exemplo, não sejam computados para efeito do seu cumprimento por serem de despesas transitórias.

Um outro fator que traz uma questão delicada é o déficit primário ainda é alto, além disso, a relação entre dívida e produto interno bruto é alta quando comparado com países de renda per capita semelhante. Os economistas do IPEA afirmam que:

“não obstante os avanços realizados nos últimos anos, principalmente do ponto de vista institucional. Ainda que todos os instrumentos disponíveis devam ser mobilizados para aumentar a capacidade de o sistema de saúde enfrentar o desafio pandemia, garantir renda para a população mais vulnerável e impedir a quebra de empresas, é importante calibrar sua utilização e, principalmente, focalizar o gasto de modo a não permitir que uma deterioração muito grande das contas públicas acabe por se tornar um empecilho à recuperação posterior à crise.”⁵⁰

Em relação a arrecadação, com a crise gerada pela pandemia da COVID-19, é possível esperar uma profunda contração da atividade econômica, e na contramão, os gastos extraordinários destinados à saúde e às transferências de renda para pessoas ⁵¹

⁵⁰ No fechamento do 1º trimestre de 2020 o IPEA divulgou a visão geral da conjuntura disponível em <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/03/visao-geral-da-conjuntura-6/>

⁵¹ Um dos maiores programas de transferência de renda e bancarização da história mundial. Disponível em <https://auxilio.caixa.gov.br/> e <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>

resultarão em um relevante aumento do déficit primário. Para não comprometer as contas públicas, é necessário que essas ações sejam executadas, contudo, elas precisam ser encaradas e tratadas como de caráter transitório, para que não haja o comprometimento da trajetória da relação dívida interna e produto interno bruto no longo prazo. Dessa forma, os economistas do IPEA apontaram que as transferências de rubricas das despesas dentro do orçamento, como por exemplo aquelas que realocaram o valor próximo de R\$ 13 bilhões de emendas para o Ministério da Saúde, podem ser analisadas como uma contundente demonstração por parte do governo de que é possível atender, mesmo que de forma parcial, as necessidades urgentes dos efeitos da pandemia na economia sem perder o foco a responsabilidade fiscal.

Os gastos que serão empregados no momento para o combate à crise podem ser aplicados sem que a regra do teto seja ultrapassada, através de créditos extraordinários. Tanto os técnicos do IPEA quanto os professores de economia da universidade federal do Rio de Janeiro corroboram que a dívida pública deve crescer temporariamente, ajudando a todos passarmos pelo momento de queda da atividade econômica e perda de emprego e renda, mesmo que não sendo possível prever o que virá com os impactos dessas ações. É necessário que a política fiscal cuide das camadas mais necessitadas e que seja carregada para não impedir o reerguimento da economia brasileira após a crise causada pela pandemia. Os economistas do IPEA afirmam que “A regra do teto é a âncora de política fiscal que permitiu a obtenção do equilíbrio macroeconômico e a redução da taxa de juros para o menor patamar da história do país. Nesse sentido, ela precisa ser preservada para garantir o equilíbrio macroeconômico e o bem-estar da população no longo prazo.”

As medidas que foram anunciadas pelo governo até o momento, com foco no apoio a economia e as famílias e aos indivíduos mais vulneráveis à crise, podem ser categorizadas conforme o seu impacto fiscal e o seu caráter permanente ou transitório. Em relação às medidas sem impacto fiscal, alguns exemplos são a antecipação do pagamento de benefícios da Previdência Social, antecipação do pagamento do abono salarial ou a possibilidade de as empresas postergarem o recolhimento de impostos, que no caso, tem como consequência apenas em sua distribuição ao longo do ano. Já em relação às medidas com impacto fiscal permanente, podemos citar a ampliação do programa Bolsa Família e tornar o auxílio emergencial permanente, como proposto por alguns parlamentares.

CENÁRIO PÓS COVID-19

Os economistas do IPEA realizaram a previsão de crescimento para o ano de 2020, disponibilizada na visão geral da Carta de Conjuntura de dezembro de 2019, no patamar de 2,3%. Contudo, com ao advento da pandemia mundial, também com a indefinição de quando será possível retomarmos o dia a dia de forma “normal”, e com drástica piora do cenário internacional e a adoção de medidas de isolamento social, não é possível deixar de prever cenários cada vez mais pessimistas para 2020.

O contexto atual é de incertezas com a divulgação de notícias de evolução da pandemia sendo contestadas, e a necessidade de anúncios de ações ou novas ações quase que imediatas e online pelos governos para novas medidas contracíclicas no Brasil e no

mondo. Neste contexto, os professores de economia da universidade federal do Rio de Janeiro emitiram uma carta aberta com sugestões de medidas para execução pelo governo federal para mitigar os impactos de uma possível recessão no ano de 2020, devido a ampliação do número de desempregados e da população em situação de extrema pobreza.

Seguindo a conclusão do pós covid-19 realizado pelos professores da UFRJ, as estimativas realizadas compiladas por eles com base na pesquisa realizada por Warwick McKibbin & Roshen Fernando (ver *The Global Macroeconomic Impacts of COVID-19: Seven Scenarios*, CAMA Working Paper, Australian National University, 2020), a economia brasileira em um cenário otimista deverá perder no ano de 2020 até dois pontos percentuais, e num cenário pessimista até oito pontos percentuais.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. Editora UNESP, São Paulo, IE – Unicamp, 2002.

CARNEIRO et al. Relatório Síntese. In: Projeto de estudos sobre as perspectivas da indústria financeira brasileira e o papel dos bancos públicos. BNDES, CECON – Instituto de Economia/ Unicamp, 2009a.

KEYNES, J.M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (General theory of employment, interest and money). Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992

LODI, A.L.G. O papel dos bancos públicos do Brasil e da Índia no contexto da crise econômica mundial. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, IE – 2010.

MAXIMO, Wellton Máximo. Caixa pagou R\$ 76,6 bilhões em auxílio emergencial. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/caixa-pagou-r-766-bilhoes-em-auxilio-emergencial> Acesso em: 25 jun. 2020.

JÚNIOR, José Ronaldo de C. Souza. LEVY, Paulo Mansur. SANTOS, Francisco Eduardo de L. A. CARVALHO, Leonardo Mello de. Carta de Conjuntura, IPEA, número 46, 1º trimestre de 2020. Visão geral da conjuntura. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/03/visao-geral-da-conjuntura-6/> Acesso em: 28 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. Instituto de Economia. Carta aberta de Professores do Instituto de Economia da UFRJ: Impacto Econômico da Covid-19 e Medidas de Combate à Crise Econômica. Disponível em <https://www.ie.ufrj.br/> Acesso em: 28 jun. 2020.